



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

**REFORMA AGRÁRIA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA OS JOVENS DO CAMPO: PROPOSTA
VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES EM CONFRESA - MT**

LAURO PINHEIRO ROSA

Planaltina – DF
2015

LAURO PINHEIRO ROSA

**REFORMA AGRÁRIA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA OS JOVENS DO CAMPO: PROPOSTA
VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES EM CONFRESA - MT**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – LedoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz

Planaltina-DF

2015

LAURO PINHEIRO ROSA

**REFORMA AGRÁRIA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA OS JOVENS DO CAMPO: PROPOSTA
VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES EM CONFRESA - MT**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciência da Natureza e Matemática.

Aprovada em ____/____/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz (UnB/FUP) – Orientador

Prof. Dr. Jair Reck (UnB/FUP) – Membro interno

Prof^ª. Dr^ª. Eliete Ávila Wolf (UnB/FUP) – Membro interno

Planaltina – DF

2015

AGRADECIMENTOS

À Deus, por estar sempre ao meu lado, fazendo-me alcançar o que pensava ser impossível;

À mulher que tanto admiro, Aldenora Campos da Silva Rosa minha esposa, pessoa maravilhosa;

Aos meus três filhos: Jônatas Silva Rosa, Jairo Silva Rosa e Gleudinan Silva Rosa pelo carinho, incentivo e desejo de ver esse sonho realizado;

Aos meus professores, especialmente João Batista Pereira de Queiroz e Jair Reck, aos quais admiro muito e prezo pela amizade;

Aos companheiros de trabalho que durante esses quatro anos de curso tanto me ajudaram, pelo companheirismo e troca de conhecimentos.

Finalmente, ao colegiado da LEdoC, pelo esforço e dedicação profissional e humanitária.

LAURO PINHEIRO ROSA

**REFORMA AGRÁRIA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA OS JOVENS DO CAMPO: PROPOSTA
VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES EM CONFRESA - MT**

Não te canses para enriqueceres; dá de mão à tua própria sabedoria.

(Provérbios 23: 4- Bíblia Sagrada).

LISTA DE ABREVIATURAS

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo.

FUP – Faculdade UnB Planaltina.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

MT – Mato Grosso.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

PA – Projeto de Assentamento.

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

PROCAMPO – Programas Saberes da Terra.

PRONAF – Programa Nacional de Amparo à Agricultura Familiar.

PRONERA – Programa Nacional de Reforma Agrária.

SMEELC – Secretaria Municipal de Educação Esporte Laser e Cultura.

TC – Tempo Comunidade.

TE – Tempo Escola.

UnB – Universidade de Brasília.

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

RESUMO

O interesse pelo desenvolvimento deste trabalho se iniciou quando das leituras sobre a Reforma Agrária, durante o curso de Licenciatura para a Educação do Campo. Neste percurso foi observado que esta distribuição de terras, na maioria das vezes, só acontece com o envolvimento dos movimentos sociais, nos quais as famílias se entregam totalmente na luta pela posse da terra. Este pedaço de chão representa tudo para estas pessoas: alimento, moradia, sossego. Uma vez conquistado a propriedade outras lutas vão surgindo e a primeira delas é conseguir educação para os filhos. A educação do e no campo tem sido negada, ao longo da história, principalmente para a juventude, a qual logo que termina os anos iniciais da Educação Básica, abandonam a sala de aula e saem em busca de trabalho, nas grandes fazendas, para ajudar aos seus pais nas despesas gerais. A Educação do campo pensada de forma diferenciada pode retardar a saída destes jovens da escola, pelo menos enquanto terminam o Ensino Médiop. Toda escola tem autonomia para convidar seus pares e construir o Projeto Político Pedagógico, inserindo práticas pedagógicas significativas, principalmente, para a juventude de modo a contribuir com a permanência deles na terra, fazendo com que os mesmos tenham garantido os seus direitos de aprendizagem escolar, sem abandonar o meio de sobrevivência adquirido pelos familiares. Buscou também compreender os principais fundamentos da Educação do Campo e Escola do Campo em sua proposta mais justa e humanizada. Neste propósito evidenciou o Projeto de Assentamento “Fartura”, Confresa - MT e do P.P.P da Escola Municipal Tancredo Neves, revelando como as origens de uma determinada localidade podem exercer fortes influências sobre seu desenvolvimento futuro.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Educação do Campo, Práticas Pedagógicas significativas para Jovens camponeses.

ABSTRACT

The interest in this work began when the readings on Agrarian Reform during the Degree for Rural Education. In this way it was observed that this distribution of land, most of the time, only happens with the involvement of social movements, in which the families themselves completely in the struggle for land. This piece of land is everything to these people: food, housing, quiet. Once conquered the property other struggles are emerging and the first one is to get education for their children. The education and the field has been denied, throughout history, especially for the youth, which soon ending the initial years of basic education, leave the classroom and go out looking for work, in large farms, to help to his parents in overhead. The Education of differently designed field can delay the output of this young school, at least until the end Médiop Education. Every school has autonomy to invite their peers and build the Pedagogical Political Project, inserting meaningful pedagogical practices, especially for youth to contribute to their stay in the land, so that they have guaranteed their rights of school learning, without abandoning the means of survival acquired by family. He also sought to understand the main foundations of the Field Education and Field School in a more just and humane proposal. In this way it showed the Settlement Project "Galore", Confresa - MT and P.P.P Municipal School Tancredo Neves, revealing how the origins of a particular locality can exert strong influences on its future development.

Keywords: Land Reform, Rural Education, significant teaching practices for young farmers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	100
CAPÍTULO I - LUTA PELA TERRA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA DO CAMPO.....	122
1.1 Luta pela terra	122
1.2 Educação do Campo e Escola do Campo.....	166
CAPÍTULO II - O PA FARTURA E A ESCOLA TANCREDO NEVES.	200
2.1 Projeto de Assentamento Fartura.....	200
2.2 A Escola Tancredo Neves	211
CAPÍTULO III - A ESCOLA TANCREDO NEVES E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVA PARA OS JOVENS NO CAMPO.....	266
3.1 Os estudantes da Escola Tancredo Neves.....	26
3.1 Análises dos dados adquiridos.....	267
3.2 Práticas Pedagógicas consideradas significativas pelos jovens.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido. 2
REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido. 4
ANEXOS	366

INTRODUÇÃO

Para desenvolver este trabalho, buscou-se compreender a importância da luta pela terra e a relação entre a Escola do Campo com a Juventude Camponesa, tendo como objetivo observar se as práticas pedagógicas utilizadas na escola são significativas para a permanência dos jovens no campo.

Neste percurso foi observado que muitas famílias que compõem as comunidades rurais conhecem casos de Jovens que deixam o campo, saindo de suas propriedades para trabalhar em grandes fazendas, em atividades de lida de gado ou em lavouras mecanizadas. Esta realidade tem sido constatada pela própria vivência do pesquisador no Projeto de Assentamento Fartura, desde 1993, até os dias atuais, como assentado e como educador.

Para compreender essa relação, foi tomada como referência a Escola Municipal Tancredo Neves, localizada na Comunidade São João Batista, Setor Buritis, distante da sede do Município, Confresa no Estado de Mato Grosso, a 45 km. Essa escola possui um histórico de luta e permanência pela terra e será relatado de forma descritiva no decorrer deste trabalho, contribuindo para o entendimento da relação entre a juventude e o meio rural.

A E.M. Tancredo Neves tem contribuído na estrutura da educação do campo, como base organizativa para a comunidade envolver-se em projetos comunitários como: construção de viveiros de mudas nativas para reflorestamentos de áreas ambientalmente degradadas, horta escolar, festas culturais e eventos pedagógicos, buscando metodologias que envolvam os Estudantes e a comunidade ao conteúdo curricular e às práticas locais.

Para melhor compreender a relação da juventude camponesa em suas respectivas esferas sociais, econômicas e estudantis, foi realizada uma pesquisa, utilizando um questionário. O conteúdo desse questionário foi direcionado para os Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Escola Municipal Tancredo Neves, em busca de conhecer a realidade escolar, social e econômica dos jovens dessa localidade. Além do questionário utilizamos vários documentos: atas, relatórios, Projeto Político Pedagógico, etc; Documentos da Associação do PA Fartura; material

produzido no Tempo Comunidade para algumas disciplinas. E ainda neste estudo da relação da Escola do Campo com a Juventude Camponesa, nos apoiamos em alguns autores: Caldart (2002); Molina (2011); Queiroz (2004); e Reck (2007). Outras referências, em que foram utilizados os seguintes procedimentos:

Este trabalho está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro apresenta a luta pela terra, envolvendo os princípios da Educação do Campo e da formação da Escola do Campo, avaliando seu processo de organização.

O segundo capítulo relata historicamente o surgimento do Projeto de Assentamento Fartura e da Escola Municipal Tancredo Neves, contextualizando-os na realidade atual, mostrando que as origens de uma determinada localidade exercem fortes influências sobre seu desenvolvimento futuro.

No terceiro capítulo é possível perceber como algumas práticas pedagógicas utilizadas na Escola Tancredo Neves tem sido significativas para a formação dos jovens do campo e até onde as mesmas têm contribuído para sua permanência no Assentamento.

CAPÍTULO I

LUTA PELA TERRA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA DO CAMPO.

O presente capítulo apresenta o período de lutas e conquistas pela terra, desde os idos anos de 1500. Início das grandes demarcações de propriedades, com a chegada dos portugueses e conseqüentemente retrata sobre a iniciação da Reforma Agrária brasileira e a busca pelo direito de aprendizagem escolar.

1.1 Luta pela terra

Desde sua invasão, em 1500, o Brasil tem enfrentado lutas pelo acesso e permanência na terra. A forma de colonização utilizada por Portugal, além de principiar o extermínio da identidade indígena no Brasil, implantou a escravidão e uma constante exploração de mão de obras e recursos naturais. No decorrer do tempo, gerou grandes conflitos pela posse de terras, sendo ainda hoje notória a necessidade de políticas públicas que garantam uma reforma agrária com condições de assentamento e permanência na terra dos povos do campo e das florestas.

Latifúndio é o nome dado à forma criminosa de grande concentração de terras nas mãos de poucos grandes fazendeiros, uma das maiores injustiças sociais contra o campo e seus habitantes. Para se contrapor a essa injustiça, foi criada a Reforma Agrária com a finalidade de descentralizar as propriedades de terras inativas e torná-las produtivas nas mãos de pequenos agricultores assentados, com o nobre objetivo de aumentar a produção agrícola e o mercado interno do país, combater a fome e a miséria e melhorar significativamente o nível de vida das populações do campo.

As questões latifundiárias levantadas pela Reforma Agrária possuem um histórico mundial e no Brasil essa relação é bastante tensa, dada a estrutura agrária brasileira possuir grandes latifúndios improdutivos nas mãos de pessoas influentes no meio político e social. Os efeitos colaterais que as grandes concentrações de terras causam no campo, vão do esgotamento do solo, passando pela degradação ambiental, chegando a forçar uma numerosa população de pequenos proprietários rural a viver em péssimas condições de desenvolvimento, sendo-lhes negado apoio financeiro para irrigação, fertilização, recuperação do solo e o que é pior, à própria educação.

Essa realidade não vem de hoje, é fruto de uma má distribuição doutrinada pela coroa portuguesa no Brasil desde o início da colonização. Portugal implantou, com devastadora eficácia, em sua nova colônia, um sistema feudal inconveniente para sua metrópole. Obcecada pela comercialização de açúcar, estabeleceu sesmarias, privilegiando, (de acordo com seus interesses) alguns proprietários com grandes extensões de terras e outros com uma quantidade bem menor.

É importante salientar que na distribuição das sesmarias, fosse pouca ou muita, era um privilégio concedido apenas aos que possuíam recursos suficientes para o cultivo, o que agravava ainda mais a situação dos colonos desprovidos de tais recursos.

Essa realidade começou a sofrer algumas alterações favoráveis ao estabelecimento do pequeno agricultor com a alteração na legislação agrária no Brasil em 1818, realizada por D. João, permitindo, via decreto, a concessão de sesmarias a estrangeiros, o que permitiu a migração de colonos europeus para sul do Brasil, estabelecendo pequenas propriedades agrárias. Essa medida favoreceu até mesmo os colonos que não possuíam recursos, conquistando o direito de fogo morto, que lhes permitiam apropriar-se de terras incultas.

O registro da primeira Lei de Terras no Brasil data de 1850 proibindo a aquisição de terras devolutas. De acordo com o dicionário eletrônico Wikipédia, o termo “devoluto” relaciona-se com a decisão de devolução dessas terras para o domínio público ou não, dependendo de ações judiciais denominadas discriminatórias.

Apesar da proclamação da república permitir o avanço de conquistas legais para regulamentar a propriedade da terra, nenhuma teve verdadeira eficácia contra a má distribuição fundiária que continuou avançando, como um câncer devorador pelo país. O código civil brasileiro, por exemplo, promulgado em 1916, ao invés de apoiar a reforma agrária, solidificou o latifúndio, pois proibiu a legitimação de posse da terra, impedindo violentamente, o trabalhador rural de possuí-la legitimamente. Segundo VIEIRA:

Segundo VIEIRA, 2013: O princípio segundo o qual a posse não garante a propriedade vedou ao trabalhador rural o acesso à terra e propiciou a formação de uma casta de latifundiários que se apossou das áreas rurais brasileiras. Na base da pirâmide social, uma vasta classe de despossuídos foi relegada à mais extrema miséria e teve suas reivindicações reprimidas sistematicamente com violência.

Percebe-se claramente o firmamento de uma situação de extrema desigualdade social, que levaria a história, com o decorrer do tempo, ao estopim do surgimento das lutas e movimentos sociais em prol dos direitos pela terra. De acordo com Carvalho (2005) até 1940 havia apenas alguns movimentos políticos organizados no campo, geralmente em torno de um líder carismático, para se ajudarem mutuamente. De 1940 a 1964 começaram a surgir as Ligas Camponesas, que aos poucos começaram a buscar melhorias na qualidade de vida para os povos do campo.

Na busca pela mobilização dos camponeses surgiu o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que travou importantes lutas políticas pela terra, com apoio do líder conhecido como advogado Julião. Nesse período, os camponeses não tinham nenhum direito garantido. Em 1963 com o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural, no Governo de João Goulart, começou-se a falar em reforma agrária no meio popular. Nesse momento, surgiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e aconteceu o primeiro congresso envolvendo sindicatos, associações e Ligas Camponesas.

Porém, em 1964 aconteceu o golpe militar que, com muita violência, impediu a concretização da reforma agrária, acabando com os partidos comunistas. Neste período militar foi criado o Estatuto da Terra, mudando o conceito de camponês para pequeno agricultor, isso resultou na desorganização do caráter político dos movimentos sociais. (CARVALHO, 2005).

Também nesse período, foi implantada a revolução verde, gerando grandes latifúndios com o apoio do Governo Militar para a produção agrícola em grande escala. Esse sistema político/mercantil promoveu projetos de colonização do campo que visavam somente o lucro, abafando a interferência das lutas das Ligas Camponesas. Os sindicatos passaram a agir de forma assistencialista desarticulando as organizações.

Em 1979 o Partido dos Trabalhadores (PT), começou a ter como meta política a reforma agrária. Em 1980 aconteceu o início do processo de redemocratização e o surgimento das organizações de apoio ao pequeno agricultor como: Central Única dos trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Em 1984 foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento de grande importância no Brasil, pois a partir dele as lutas ganharam mais vigor em busca pela ocupação e permanência na terra. (CARVALHO, 2005).

A legitimidade da luta pela terra é inquestionável no testemunho da história, porém, podemos perceber que sua relação com o Estado democrático de direito é tensa e fica comprometida por encontrar-se, na maioria das vezes, em desvantagem com relação ao posicionamento das forças sociais mercantis.

(...) a concepção de luta pela terra que se vincula a um projeto concreto de sociedade, com conteúdo previamente definido e globalmente alternativo ao capitalismo, mantém evidentes tensões com o conceito de Estado democrático de direito na medida em que não descarta, em algumas de suas variantes, o uso de meios não legais, eventualmente violentos, para a consecução de seus objetivos. A reivindicação de sua legitimidade, portanto, será sempre potencialmente bipartida: ela será legítima do ponto de vista dos militantes que a apoiam e que defendem outra forma de organização social, mas poderá ou não ser reconhecida como legítima por uma ordem social baseada em uma legalidade cujas estruturas são pensadas para viabilizar e reproduzir o mercado e as relações sociais de tipo mercantil. A reivindicação de legitimidade, de qualquer maneira, não terá um apelo universal, no sentido de que seja coerente com o desenvolvimento de várias concepções sociais possíveis, mas dependerá da posição concreta de cada um em relação às forças sociais em luta. (GARCIA, 2012, p. 463).

A luta pela terra sonha ter na Reforma Agrária sua maior aliada, tendo em vista ser seu conjunto de medidas voltado a promover a melhor distribuição da terra, atendendo aos princípios de justiça social, aumento da produção e desenvolvimento sustentável no campo. Essa concepção é alimentada pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64) que estabelece, entre outras coisas, a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária, a interiorização dos serviços públicos básicos, a geração de ocupação e renda e a redução da migração campo-cidade.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (www.incra.gov.br.02/12/ 2011).

A Reforma Agrária é um conjunto de medidas com objetivos específicos para promover o desenvolvimento do campo. O que falta, porém, é a aplicabilidade e cumprimento dessas leis por parte da União, Estado ou Município, pois os mesmos só se fazem valer mediante a pressão de movimentos de luta pela causa. A iniciativa não parte de cima para baixo e sim, de baixo para cima. O Estatuto da Terra apóia a reforma agrária, mas não possui elementos em seu conjunto de leis que a faça fluir naturalmente em sua função.

1.2. Educação do Campo e Escola do Campo

Pensar a Educação do Campo como projeto de implantação é recriar na educação, novos conceitos, uma forma real de aprendizado, negada até então ao sujeito do campo ao longo da sua história. O presente é refletido pela educação que se teve no passado, passado este que são marcados por vários períodos na história da educação, delineando a atual situação do meio rural.

A situação predominante hoje no meio rural brasileiro não deve ser entendida como uma contingência ou uma circunstância inevitável do atual momento histórico mundial. Ela é, sobretudo, uma opção política de nossos governantes e, como tal, passível de mudanças. O desafio, portanto, passa a ser vincular a educação com um grande e massivo projeto de crítica às escolhas já feitas, e de construção de novas opções para o desenvolvimento de nosso país. Dessa forma, buscar delinear, por exemplo, o que seria a proposta de uma escola do campo, é, também, participar desse processo de transformação. (SOUZA, 2014).

A educação sempre foi suprimida e fragmentada e imposta pelas mãos de quem detém o poder. Segundo Pistrak, “a escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas essas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola” (2011, p. 23). A escola sempre foi pensada de forma a

manter uma minoria no poder, subordinando a maioria das pessoas aos seus interesses, controlando o sistema para conservar esse modelo de dominação.

A visão burguesa de ensino não contemplava e nem intencionava atender as necessidades da classe camponesa. Observando essa conjuntura, intelectuais e pensadores, favoráveis à classe rural, idealizaram uma pedagogia diferenciada para corresponder a essas prioridades.

Assim grupos sociais, como Sindicatos, Associações, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, representantes de universidades, etc., organizaram um conjunto de ideais e objetivos, com o intuito de atender às expectativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais na intenção de fazer ruir esse sistema de ensino e construir uma pedagogia do campo voltada às necessidades das famílias e das comunidades camponesas. Contudo, sempre conscientes da necessidade de se construir e sedimentar novas políticas públicas que assegurem seus direitos.

Neste vazio deixado pelo Estado, têm surgido iniciativas da própria população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, e tentar construir uma identidade própria das escolas do campo. As Escolas-Família Agrícola, as várias iniciativas no âmbito da alfabetização de jovens e adultos, a luta do MST pelas escolas de assentamento e acampamento, a preocupação dos Movimentos dos Atingidos por Barragens com as escolas dos reassentamentos são alguns exemplos do esforço e iniciativa dos que são vítimas e sofrem com a exclusão das políticas educacionais do governo.. (SOUZA, 2014. P. 02).

Diversos conjuntos de leis e decretos¹ concederam base para implantação de escolas do campo, com objetivos fundamentais de estudar a realidade atual, penetrá-la e viver nela.

Ao lado das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2001 /2004) existem outros marcos legais que reforçam a implantação da Educação do Campo nas escolas rurais como: Constituição Federal de 1988, Artigo 205; Plano Decenal de Educação para todos, 1993; Plano Nacional de Educação -

¹ O Decreto Presidencial de 2010, baseado no artigo nº 84, de acordo com as leis de nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996 e no art. 33 da lei nº11. 947, de 16 de junho de 2006 e as Leis Operacionais de Diretrizes e Base e seus marcos normativos.

2001; LDB nº9. 394 /96 art.28 e seus respectivos incisos.Resolução CEB nº3 de 10 de novembro de 1999 (diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas); Resolução nº 1/2002, do Conselho Nacional de Educação; Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), 2004; Resolução nº2/de 28 de abril de 2008 (Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). (BRASIL, 2012).

Analisando a Lei de Diretrizes e Bases e os Marcos Normativos percebe-se que a concepção de políticas públicas educacionais precisa ter ênfase na formação humana, respeitando as especificidade de cada sujeito. A Educação do Campo deve proporcionar, em espaços educativos, descobertas e resgate de valores perdidos dos povos camponeses.

Por isso, Educação do Campo precisa necessariamente se articular com os movimentos sociais, em busca dos mesmos objetivos, que garantamos princípios organizativos e formativos que são pilares na construção dessa educação.

Diante do contexto histórico passado, comparado ao que estamos vivenciando na conjuntura atual, com a expansão do agronegócio, percebe-se a necessidade estratégica da discussão sobre Educação do Campo, com intencionalidade de fortalecer a formação de profissionais numa concepção emancipatória e não com o objetivo de atender ao mercado capitalista.

Nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, de jovens e adultos e programas PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, entre outros, os projetos políticos pedagógicos são diferenciados e o ser humano é considerado um agente construtor e transformador da sua própria história. Vale ressaltar a experiência positiva e concreta dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC, como um espaço que está sendo propício para a formação ideológica de estudantes provenientes do campo, incentivando a construção de uma formação político social, econômica, étnica e cultural. Tornando assim seus educandos sujeitos emancipados, perceptivos ao óbvio ululante que antes não viam, por estarem “presos na caverna”² manipulados pela mídia e pela modernidade conservadora da indústria cultural que está presente em nossa sociedade.

² A alegoria da caverna, também conhecida como parábola da caverna, mito da caverna ou prisioneiros da caverna, foi escrita pelo filósofo grego Platão e encontra-se na obra intitulada *A República* (Livro VII). Trata-se da exemplificação de como podemos nos libertar da condição de escuridão que nos aprisiona através da luz da verdade, onde Platão discute sobre teoria do conhecimento, linguagem e educação na formação do Estado ideal.

Essa emancipação se dá através de princípios organizativos, que foram constituídos por meio de lutas e resistências dos movimentos sociais e que estão sendo incorporado na matriz curricular e pedagógica de cursos como o de Licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia da Terra. Por isso é preciso colaborar para a evolução dos valores que foram construídos em cada sujeito durante o seu processo de formação. Os educadores e educadoras das escolas do campo junto à comunidade e movimentos sociais precisam encontrar caminhos para mudar a pedagogia tradicional em uma pedagogia ligada com a vida. conforme podemos constatar na reflexão de Alvarenga (2013).

(...) a Educação do Campo propõe uma Escola do Campo que forme lutadores e construtores de um projeto de futuro e sociedade que ensine as pessoas a terem vivências concretas, mudando as relações sociais dentro e fora da escola. A questão é: Como fazer isso? Criando diferentes instâncias de participação e organização. Os sujeitos do campo têm que viver na escola do campo a experiência da participação e auto-organização. São muito importantes os processos de vivência e decisões coletivas e participativas no desenvolvimento de estratégias para resolver seus problemas sociais. O sistema de educação tradicional enraizou na mente das pessoas uma forma absolutamente conteudista de aprendizado. A Educação do Campo é muitas vezes mal compreendida por romper esse paradigma. (p.22)

Portanto é inaceitável a imposição do sistema de ensino em criar pessoas reprodutoras de conhecimentos mecânicos, totalmente alienados da realidade da vida e de suas características específicas.

A seguir, acompanharemos o surgimento da Escola Municipal Tancredo Neves e do assentamento Fartura, no intuito de compreender, através de sua origem, sua atual realidade social e educacional.

CAPÍTULO II

O PROJETO DE ASSENTAMENTO FARTURA E A ESCOLA TANCREDO NEVES.

2.1. Projeto de Assentamento Fartura

De acordo com o documento histórico do Projeto de Assentamento Fartura (PA Fartura), elaborado pelo ex-coordenador escolar Cristian Alex Lopes de Souza, a comunidade São João Batista encontra-se no Projeto de Assentamento Fartura que está localizado a 45 km da sede do município de Confresa, no Estado de Mato Grosso, tendo como via de acesso a rodovia MT- 437 com saída para o Xingu.

A origem da história do PA Fartura teve início com a vinda de pessoas de várias regiões, com predominância de Goiás, Tocantins, Maranhão e do próprio Mato Grosso em busca de terras e melhoria de vida, confirmando a intensidade do fluxo migratório existente no país e conseqüentemente seus problemas estruturais.

Ao chegarem, na década de 1990, uniu-se ao Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais, que junto com a Prelazia de São Félix do Araguaia, na cidade de São Félix à margem do Rio Araguaia, buscaram descobrir se as grandes fazendas ao entorno do município eram escrituradas ou não. Descobriram que poucas eram escrituradas e decidiram, através das organizações, fazer ocupações das partes não escrituradas. Somente em 1994 foi realizada uma vistoria feita pelo INCRA, constatando o número de aproximadamente trezentas famílias no local. Em agosto de 1995 o projeto recebeu a carta de aprovação do INCRA, legalizando a situação do PA. Nada mais justo, uma vez que o Estatuto da Terra prevê tais amparos através do poder público.

§ 2º É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei; b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. § 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho. (BRASIL, Lei nº 4054/1964. Art. 2º, §3º).

A comunidade recebeu o nome de São João Batista devido à religiosidade do povo ao conhecido apóstolo bíblico, influenciados pela devoção de um conhecido morador da localidade, o senhor João Nunes.

A história testemunhada por ele relata que ao ser concebido, sua mãe fez um voto ao santo pela sua saúde e integridade física, prometendo homenageá-lo todos os anos. A comunidade aderiu a esse ato de fé e elegeu São João Batista como padroeiro da comunidade.

2.2 A Escola Tancredo Neves

A Escola Tancredo Neves, fundada em meados de 1990, está localizada na Comunidade São João Batista, no Setor Buritis, do Projeto de Assentamento Fartura, município de Confresa, Estado de Mato Grosso.

Durante quinze anos predominavam duas escolas no local: União do Novo Planalto e a 1^o de Maio, separadas por uma distância de aproximadamente seis quilômetros.

Ao longo de 20 anos, os poucos materiais pedagógicos e merenda escolar designadas para o assentamento, eram deixadas nas casas dos professores, que se desdobravam em funções múltiplas como merendeiros e faxineiros, sem nenhum acréscimo salarial, mesmo assim, auxiliavam os Estudantes, dividindo seu próprio material pessoal de registro de aulas.

Durante este processo histórico, a comunidade sempre foi unida, protagonizando suas conquistas.

A construção da primeira escola foi de folha de bananeira, sem paredes, com bancos de toras de madeiras roliças. Não havia carteiras ou mesas, obrigando as crianças a usarem suas próprias pernas como apoio. O local não tinha poço e a água era trazida da própria casa dos Estudantes.

Com o passar do tempo e o crescimento local, surgiu a necessidade de se estabelecer mais escolas, direito já conquistado e assegurado pelo Estatuto da Terra, assim como muitos outros, porém, de difícil acessibilidade aos trabalhadores do campo, como podemos observar a seguir.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (BRASIL, Lei nº 4054/ 1964).

A Escola Tancredo Neves foi criada em meados de 1994. Seu nome foi inspirado no presidente Tancredo de Almeida Neves pelo sonho de realização de uma verdadeira democracia para o país. Na ela funcionava em casa de terceiros e em 1996 foi feita a primeira casa de madeiras, funcionando por muitos anos sob o atendimento de uma única professora, Marli Batista, que lecionava para as quatro séries iniciais em regime multi-seriado. Posteriormente, veio outro professor, Cristian Alex, porém, ambos possuíam apenas o ensino fundamental incompleto.

A partir de 2005 houve a nucleação das quatro escolas existentes no Assentamento Fatura, como extensão da escola Novo Planalto, patrimônio do distrito da cidade de Confresa. O problema se agravou cada vez mais, pois a prefeitura contratou ônibus terceirizados ruins e com isso os Estudantes sofriam muito, com horários desgastantes no percurso da viagem.

Outros problemas e obstáculos que dificultavam o processo de ensino e aprendizagem na região foram a falta de salas de aulas adequadas, materiais pedagógicos de suporte básico, carteiras, mesas, etc.

As crianças, muitas vezes, não tinham o mínimo necessário para registrar suas tarefas. Não havia transporte, forçando o acesso a pé, raramente de bicicleta ou em cavalos. Na época, a cidade de Confresa, tinha sido emancipada e não possuía nenhuma estrutura para dar suporte às escolas que, naquele momento surgiam.

Na gestão municipal 1997 a 2000, houve uma parceria, que beneficiou o local. A prefeitura contribuiu com combustível, telhas e pregos e o povo com a mão de obra para construir uma escola de tábuas. Essa escola foi concluída.

Depois de oito anos, devido ao aumento do número de Estudantes em regime multi-seriado, houve uma revolta de algumas pessoas, que decidiram atear fogo na escola, por causa das péssimas condições em que a mesma se encontrava, colocando em risco a vida dos próprios Estudantes. Essa atitude demonstra a postura e o posicionamento crítico da educação rural na conquista de uma sociedade mais justa.

Naquela época, isso gerou certo transtorno na comunidade, que se manifestou, pressionando a nova gestão a construir uma escola melhor, com material melhor e de boa qualidade.

A nova escola foi construída, sob a condição de que os responsáveis pela depredação da instalação anterior contribuíssem providenciando as carteiras para os estudantes.

Com o desenvolvimento escolar local, surgiu a necessidade de alternativas, para que os Estudantes pudessem continuar seus estudos, pois o local mais próximo ficava a quinze km, na Vila Novo Planalto. Surgiram então as primeiras viagens, na qual os Estudantes eram transportados na carroceria de um caminhão caçamba até a escola.

Não havia segurança para os Estudantes, deixando os pais aflitos por seus filhos estarem constantemente expostos a perigos, sol, chuvas, ventos e os imprevistos de atoleiros, que muitas vezes alterava o horário de chegada dos Estudantes as suas casas.

Posteriormente, após um longo período, foi adquirido um ônibus velho com sérios problemas de manutenção. Esse tratamento com o deslocamento dos estudantes reflete o descaso de longa data, enfrentado pela educação em diversos Estados brasileiros com relação ao transporte escolar rural obrigando o fechamento de centenas de escolas.

A gestão municipal de 2005, foi responsável pela substituição dos ônibus terceirizados por outros em melhores condições, do próprio município.

O número de Estudantes aumentava a cada ano. Uma parte dos Estudantes era transportada em pé no corredor dos ônibus. Os problemas aumentavam, pois alguns jovens ficavam vulneráveis aos namoros, vícios e jogos proibidos para menores de idade.

Foi afirmado um acordo entre os moradores do PA Fartura para construir um colégio através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Através de

um acordo com os moradores do PA Fartura, foi possível conquistar meios para a reforma e a construção de mais três salas de aulas, atendendo assim as séries iniciais do ensino fundamental e médio.

A construção teve início a partir de julho de 2008, sob os rumores críticos dos opositores, de que ela não sairia do alicerce. A partir da gestão 2009/2012, surgiu uma nova esperança de melhorias, sendo conquistada a tão sonhada independência do colégio.

A escola antes conhecida por 1º de Maio, passou a ser reconhecida como Tancredo Neves, a única na região reconhecida legalmente, segundo a Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura (SMEELC). Foi elaborado um Projeto Político Pedagógico baseado nas características de uma educação do campo e para o campo, firmada em um modelo de gestão democrática.

A obra concretizou-se no início do segundo semestre de 2010. Foi construída uma cantina, com área e dois banheiros. Também foi criado um espaço onde deu-se o início a uma pequena roça comunitária, com a intenção de ajudar na qualidade da merenda e das refeições nos lares das famílias desta comunidade, porém, o projeto não funcionou muito tempo devido à falta de orientação e todos ficaram perdidos. No lugar da roça comunitária surgiu a horta escolar que as vezes fica abandonada, por falta de água. No projeto de construção da escola existe a planta de um poço artesiano o qual nunca foi construído.

A gestão municipal mobiliou a cozinha com freezer, armário, fogão, bebedouros, entre outros utensílios, pois, a merenda na época era feita em casa de terceiros. Para melhorar a qualidade das atividades pedagógicas foram disponibilizados móveis adequados para as salas de aulas.

Foram também criados espaços para o funcionamento da secretaria e do laboratório de informática. A demanda crescente de Estudantes obrigou os professores a investirem em sua formação profissional, ingressando em cursos do programa do governo federal como Proformação: Magistério e habilitação em Licenciaturas diversas para pára atuação nos anos iniciais, finais e Ensino Médio.

Além dos eventos habituais como dia das mães, dia do indígena, e outros, a Escola Municipal Tancredo Neves incentiva as festas culturais juninas e os torneios esportivos no qual sempre organizam um intercâmbio com as outras unidades escolares no campo.

Na LDB (BRASIL, 2001) a Educação do Campo é definida como Educação Rural e ganha especificidades e singularidade, quando da construção das políticas públicas educacionais pelos Sistemas de ensino. O direito ao estudo é um dever do estado, portanto é importante que o mesmo assuma esse compromisso com seriedade, criando políticas públicas apropriadas às reais necessidades e interesses dos Estudantes da zona rural.

Baseado nas orientações curriculares para a educação do e no campo os educadores em conjunto com os pais, determinaram uma missão para a E.M Tancredo Neves, e os compromissos nela relatados a cada dia estão sido cumpridos com responsabilidade.

CAPÍTULO III

A ESCOLA TANCREDO NEVES E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA OS JOVENS NO CAMPO.

Neste capítulo explicitaremos os dados da pesquisa realizada e a contribuição das práticas pedagógicas significativas realizadas com os Estudantes da Escola Municipal Tancredo Neves e que influenciam na formação desses jovens, contribuindo para sua permanência no campo.

3.1. Os estudantes da Escola Tancredo Neves

Para que fosse possível uma visualização mais concreta da influência das práticas pedagógicas aplicadas nessa escola, optou-se pela realização de uma pesquisa através de um questionário respondido pelos Estudantes do Ensino Fundamental e Médio levando em consideração suas faixas etárias, sexo e sua realidade escolar.

As questões elaboradas para essa pesquisa abordaram os seguintes aspectos aqui sintetizados: como é a relação participativa da família com as organizações sociais existentes na comunidade como: Sindicatos, Associações e Conselho Municipal; conhecimento das práticas pedagógicas escolares; significado real das práticas escolares na vida do jovem e o Projeto Político Pedagógico da Escola; as práticas pedagógicas escolares e a contribuição com a juventude camponesa. As considerações abaixo reproduzirão o resultado dessa pesquisa para melhor entendimento dessa realidade.

Do total de 174 estudantes que responderam o questionário, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, 94 são do sexo masculino e 80 do sexo feminino, conforme a tabela abaixo.

ENSINO FUNDAMENTAL

SÉRIE	QUANTIDADE	FAIXA ETÁRIA	SEXO	
			M	F
5º ANO	16	10 a 12	06	10
6º ANO	23	12 a 16	10	13
7º ANO	19	17 a 20	09	10
8º ANO	22	Acima de 20 (EJA)	10	12
9º ANO	28	Acima de 20 (EJA)	12	16
TOTAL			47	61

Fonte: Lauro Pinheiro Rosa - Pesquisa realizada in loco (2012 e 2013).

ENSINO MÉDIO

SÉRIE	QUANTIDADE	FAIXA ETÁRIA	SEXO	
			M	F
1º Ano	25	16 a 18	10	15
2º Ano	22	19 a 20	12	10
3º Ano	19	21 a 22	08	11
TOTAL			33	33

Fonte: Lauro Pinheiro Rosa - Pesquisa realizada in loco (2012 e 2013).

Os alunos da E. M. Tancredo Neves são filhos de pequenos agricultores, professores e a maioria das famílias participam de todos os eventos da Escola, das organizações comunitárias locais, envolvendo Sindicatos, Associações e Conselho Municipal e suas contribuições são expressivas. Dos 174 estudantes pesquisados, 157, ou seja, 90%, afirmaram que suas famílias têm uma participação positiva. Apenas nove estudantes, 5%, ficaram indecisos, e oito, 5,6%, disseram que as famílias não participam.

Quanto ao conhecimento e envolvimento com o Projeto Político Pedagógico da Escola, a maioria, ou seja, 136 (78%) participaram da construção e apenas 38, ou seja, 22% desconhecem o PPP.

Quanto às práticas pedagógicas significantes para os jovens do campo, a maioria apontou de forma positiva, a eficiência da aplicação das práticas

pedagógicas em todas as disciplinas, destacando principalmente as de matemática, Língua Portuguesa, ciências naturais, geografia e história, em que as atividades são elaboradas e trabalhadas de formas teóricas e práticas.

Os professores se dedicam em relacionar os conteúdos à realidade do cotidiano dos estudantes facilitando a compreensão e valorizando a importância da vida no campo.

3.2- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS CONSIDERADAS PELOS JOVENS CAMPESINOS DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES

Para compreender a importância que as práticas pedagógicas tem sido significativas na vida dos alunos, os mesmos foram ouvidos pelo pesquisador, o qual escolheu a E. M. Tancredo Neves por ela estar construído em uma comunidade do campo e todos os professores serem também pequeno produtores rurais. É justo que comunguem da mesma linguagem e entendam e que cada quer dizer.

MISSÃO DA ESCOLA

Nossa Escola tem como missão o desafio permanente de promover à construção do conhecimento científico, a valorização dos saberes, a promoção de cultural, esporte e lazer, sobretudo para o público do campo, tornando a escola uma janela aberta para a visão de um mundo possível, no qual as relações sociais, políticas, econômicas e culturais sigam criando laços de pertença que venha a favorecer o crescimento da sociedade do Projeto de Assentamento Fartura, para que possam participar ativamente do desenvolvimento da região, contribuindo na luta pela Reforma Agrária, na produção de subsistência e comercial de pequeno porte, tendo respeito pelo meio ambiente que é patrimônio da coletividade. **(P.P.P.- E. M. TANCREDO NEVES - 2012)**

Apesar da localidade não oferecer recursos hídricos adequados, todo tipo de atividade agrícola, em pequeno porte, como roça escolar, horta escolar, produção de mudas nativas a escola tem transformado em práticas pedagógicas, com o intuito de fazer com que seus alunos tomem amor pela terra adquirida com tantas lutas e suor.

Todos os professores planejam na coletividade e desenvolvem projetos pedagógicos envolvendo o meio ambiente, como práticas agro-florestais, coletas de sementes nativas, produção de mudas, práticas de produção e comercialização campesina, identidade do lugar e estes tem sido significativos na construção do conhecimento dos alunos.

Como resultado deste trabalho a escola faz quinzenalmente uma feira no pátio da escola, para toda a comunidade, na qual são vendido peixe, queijo, frango, ovos, maxixe, jiló, banana, abóbora, panos de pratos bordados, tapetes de linha, pepino, sorvete caseiro e outros. Tem sido divertido, pois algumas pessoas que moram na sede do município já aprenderam a ir às compras na feirinha.

As práticas pedagógicas significativas observadas durante a pesquisa foram relatadas pelos próprios estudantes, os quais citaram as propostas ligadas às atividades que desenvolvem no convívio familiar, ou seja, lavrar a terra.

Na escola quando estão medindo a área de plantio, construindo os canteiros, pesando a produção e a comercialização na feirinha da escola, sempre estão acompanhados do professor de matemática o qual vai orientando e pedagogicamente fazendo a introdução dos conteúdos envolvidos. Assim em sala de aula tudo parece ser mais transparente para a assimilação dos conceitos.

Em língua Portuguesa e demais áreas onde a leitura prevalece, tiveram melhor desempenho, depois que os assuntos passaram a iniciar bem próximos de suas realidades, origens, identidade culturais, vivência e sobrevivência e foram se estendendo para outras regiões.

Na opinião dos mesmos a apresentação e comparação com outras realidades multiplicam conhecimentos, enriquecem a aprendizagem.

A escola também tem participado das Conferências Infanto-juvenil do Meio Ambiente e representado o município na fase estadual, que acontece, anualmente, na capital Cuiabá e já foi premiada com passeio no Pantanal.

Estes eventos têm valorizado os relatos descritivos dos alunos bem como seus pequenos projetos que procuram desenvolver em casa como atividades de cuidados com a terra e com todo o ambiente natural. Todos eles são planejados na coletividade e estão previsto no P.P.P. da escola.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Tancredo Neves foi construído com a contribuição de toda a comunidade e todos puderam opinar na construção do currículo.

A primeira preocupação dos pais e dos jovens foi deixar registrada, logo de início, uma espécie de carta, assim denominada por eles, na qual colocaram seus anseios evidenciando o que esperar de uma boa escola:

NÓS, NOSSA ESCOLA E COMO A QUEREMOS

A Escola Rural Municipal Tancredo Neves é a “Nossa Escola”. Ela é composta por pais, educadores e alunos, um público diversificado, composto por crianças, jovens, adultos.

Para nós crianças representam o início da vida, são importantes e devemos tratá-las com amor, carinho, compreensão, responsabilidade para que possam usufruir de tudo que têm direito: respeito e liberdade para brincar, estudar, ser felizes.

Nossos jovens também são importantes, pois são a energia da descoberta para o mundo; um complexo de disposição, de idéias e habilidades que devem ser aperfeiçoadas de modo à educá-los e orientá-los para que vivam melhor, participem da sociedade do conhecimento, pensem no futuro e adquiram suas independências, pessoais e profissionais, sem omitirem das necessidades de convívio entre si. Sabemos que ser jovem é uma fase da vida, na qual as pessoas se encantam por tudo e por todos, ficando bastante vulneráveis ao que bom e ao que é ruim.

Por estes e outros motivos, nós pais e educadores que somos adultos, pensantes, preparados para a vida, responsáveis pela educação e instrução de nossos filhos e alunos temos o dever de mantermos um relacionamento harmônico, entre escola e família, sendo parceiros, amigos, participativos de todas as propostas e tomadas de decisão da escola, nos preparando melhor com formação e informação porque somos uma sociedade distinta, vivemos e convivemos sobre as

mesmas regras, unidas por compromissos, sentimentos e consciência envolvidos num conjunto de ações em prol de nós mesmos.

Temos direito a “Educação de Qualidade” composta por professores habilitados e qualificados, para que nossos filhos tenham um bom ensino aprendizagem, estrutura física adequada com muro, mais salas de aula, laboratório, quadra poliesportiva, equipamentos e materiais didáticos pedagógicos de qualidade, merenda e transporte escolar para todos, reconhecimento e valorização dos nossos profissionais.

A enumeração acima citada são os nossos sonhos de consumo, pelos quais iremos lutar, mas temos conhecimento dos deveres que não são poucos. Comprometemo-nos a zelar pelo nosso patrimônio cuidando melhor da escola e do ambiente, respeitando e sendo parceiros dos educadores, acompanhando a vida estudantil de nossos filhos, participando das atividades e eventos da escola, valorizando os profissionais. Esta é a escola que queremos.

(A comunidade da E. M. Tancredo neves)

A partir do momento que a escola dá esta abertura para a participação das famílias, não tem como direcionar as práticas pedagógicas de outra forma, elas têm que ser executadas de forma significativa, atendendo o anseio do povo que a compõe.

A escola tem que valorizar o lugar que ocupa entender e ouvir a sua comunidade para que ela seja de fato significativa na vida de seus alunos.

A E. M. Tancredo Neves está no campo e tem buscado esta harmonia com a sua comunidade, principalmente com a juventude campesina, para que os mesmos entendam as lutas, a vivencia, as conquistas e as propostas governamentais que estão a favor do homem do campo e saber buscá-las para que seus direitos sejam garantidos.

Esta prática tem retardado a saída dos alunos do campo que procuram a cidade só quando terminam o Ensino Médio e sempre vão buscar a continuidade dos seus estudos no Instituto Federal, universidade esta que oferece cursos em Agronomia, Produção Industrial, Gestão Ambiental, Licenciatura em Ciências da Natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado na observação feita na E. M. Tancredo Neves percebe-se que a construção de uma verdadeira educação que estimule a permanência do jovem do campo em seu território, deve estar comprometida com a realidade e a materialidade da vida. Não de uma materialidade qualquer, mas um resgate da produção material da vida dos sujeitos camponeses e sua luta e resistência para permanecer em seu território. Para que isso seja possível, é necessário mudar as relações construídas na escola.

Os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa realizada na Escola Tancredo Neves comprovam o quão importante é um projeto de ensino voltado para a realidade e necessidades específicas de uma determinada localidade. Revela também, a importância das boas relações sociais entre a escola, a família, a comunidade e suas organizações sociais comunitárias. O envolvimento e participação dos estudantes no planejamento, elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico escolar são de uma necessidade e importância sem limites.

Finalmente, como não poderia deixar de ser referida, a importância que a aplicação que essa metodologia de ensino significa para o futuro da vida de cada jovem que estudou vários conteúdos, em diferentes áreas, porém, interligados e conectados com a realidade de suas vivências cotidianas.

Nesse cenário, a Escola Tancredo Neves, como também revela a pesquisa, está limitada em compartilhar seus ensinamentos até a conclusão do Ensino Médio, porém, supera muito os desafios que lhe são propostos e tem realizado com dignidade a missão a que se propõem.

É significativo deter-nos um pouco mais na reflexão sobre a importância que as práticas pedagógicas voltadas para a realidade do campo, exercem na vida desses jovens estudantes. É evidente que as escolas rurais estão postas no campo, em geral, com um perfil absolutamente urbano. Esse tipo de escola não contribui em nada para a fixação do jovem no campo. Sua dinâmica de produção de conhecimento é conteudista, voltando suas relações sociais e postura de vida, ao

estímulo e preparo do jovem para a exploração do mercado de trabalho vendo o campo apenas como uma mercadoria.

Para que esse entrave não ocorra com o jovem do campo, é necessário que outras escolas do campo, tomem a mesma postura explicitada no Projeto Político Pedagógico da Escola Tancredo Neves em reinventar a maneira de produzir conhecimentos, formando lutadores e construtores de um projeto de futuro e de uma sociedade que ensine as pessoas terem vivências concretas, mudando as relações sociais dentro e fora da escola.

Para que isso seja possível é fundamental que os sujeitos, atores desse processo, estejam envolvidos em diferentes instâncias de participação e organização, vivendo uma real experiência de auto-organização. A convivência e as tomadas de decisões coletivas e participativas, também são de suma importância nesse processo de construção e no desenvolvimento de estratégias para resolver seus problemas sociais. Os conteúdos são necessários, mas não podem estar desconectados da vida.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, CLAUDINEI MARIANO. A Educação do Campo no Assentamento Pontal do Marape. Planaltina, DF: Faculdade UnB Planaltina - FUP, 2013 – p.22. (Monografia).

BONJORNO, JOSÉ ROBERTO. AZENHA, REGINA. GUSMÃO, TÂNIA GIRASSOL. Saberes e Fazeres do Campo. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei n. 4.054, de 30 de novembro de 1964.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de dezembro de 2001.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CALDART, ROSELI SALETE. Por uma educação do Campo: Traços de uma identidade em Construção. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

CARVALHO, HORÁCIO MARTINS DE. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GARCIA, JOSÉ CARLOS. Legitimidade da luta pela terra. In: Verbetes do Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro. São Paulo: Expressão Popular, 2012 – p.463.

SEDUC/CEE/AL/SINTEP/UNDIME/AME. FORUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Plano Estadual de Educação 2006-2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. In: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>. Acessado em 02.12.2011.

MOLINA, MÔNICA CASTAGNA. E FREITAS, HELENA CÉLIA. Avanços e desafios na construção da educação do campo. In em aberto. Brasília, DF: V. 24, n.85, p. 31, abril. 2011.

PISTRAK, 1888-1940. Fundamentos da Escola do Trabalho / Moisey Mikhaylovich Pistrak; tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 192 p.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil. Ensino Médio e Educação Profissional. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2004. (Tese de Doutorado)

RECK, JAIR. Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso, contexto e concepções: (Re) Significando a aprendizagem e a vida. Cuiabá, MT: Defanti, 2007.

SOUZA, EMERSON BELLINI LEFCADITO. Os Movimentos Sociais e a Educação do/no Campo: a Ausência de Políticas Públicas e as condições históricas que fizeram emergir a Luta pela Educação no MST. In: <http://www.vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2006/Emerson%20Bellini%20Lefcadito%20de%20Souza.pdf>. Acessado em 04.04.2014.

VIEIRA, LEONARDO ALVES FONTES. In: www.coladaweb.com/politica/reforma-agraria, acessado em 03.04.2014.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Questionário respondido por estudantes (04), professores (03), ex-coordenador pedagógico (01), atual coordenador pedagógico (01) e ex-presidente da Associação (01).

- 1) Como se deu o processo de desapropriação do PA Fartura?
- 2) Quando foi desapropriado e por qual órgão?
- 3) Que organizações fizeram parte do projeto?
- 4) Quais foram os conflitos e conquistas do Assentamento Fartura?
- 5) O PA é composto por quantas famílias?
- 6) Quantas escolas foram criadas no PA?
- 7) Quando e como eram construídas?
- 8) Quais tipos de transportes condiziam os Estudantes para a escola?
- 9) Quanto tempo permaneceram essas escolas?
- 10) Como tem observado os jovens da Comunidade São João Batista na faixa etária de 15 a 18 anos de idade?
- 11) Qual o objetivo desta saída do campo para a cidade?
- 12) Em que a Escola Tancredo Neves tem contribuído para a permanência do jovem no campo?

**ROTEIRO³ DE PESQUISA COM OS ESTUDANTES DA ESCOLA DO CAMPO
TANCREDO NEVES
Município de Confresa, Estado de Mato Grosso
Projeto de Assentamento Fartura**

I. CARACTERIZAÇÃO DOS(as) ESTUDANTES(as)

a) Nível de Ensino

Ensino Fundamental:

5° () - 6° () - 7° () - 8° () - 9° () -

Ensino Médio: 1° () - 2° () - 3° ()

b. Sexo:

() masculino () feminino

c. Idade: ()

() até 10 - () 10 a 12 - () 12 a 16 - () 17 a 20 - () acima de 20

II. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

A sua família participa de

a. Sindicato de trabalhadores rurais: () sim () não

b. Sindicato rural: () sim () não

c. Associação: () sim () não

Se participa, qual: _____

d. Cooperativa de produtores: () sim () não

Se participa, qual: _____

e. Cooperativa de crédito: () sim () não

Se participa, qual: _____

f. Conselhos Municipais: () sim () não

Se participa, qual/quais: _____

g. Outras organizações () sim () não

Qual/quais: _____

III. PRÁTICAS ESCOLARES SIGNIFICANTES/SIGNIFICATIVAS

a. Você conhece o Projeto Político Pedagógico da Escola?

() Sim - () Não

b. Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola?

() Sim - () Não

c. Você considera que a Escola responde às necessidades dos jovens assentados?

() Sim - () Não

d. Você considera que as Disciplinas trabalham temas significantes para os jovens assentados?

() Sim - () Não

e. Quais disciplinas desenvolvem atividades significantes para os jovens assentados?

() Sim - () Não

³ Este questionário foi elaborado a partir dos questionários de Queiroz, 2004.

- f.** As disciplinas trabalham temas próximos da realidade dos jovens assentados?
g. () Sim - () Não